



Os rios como fonte de pesquisa – Os relatórios da *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo (1905-1906)*

Rivers as a source of research - The reports of the *Geographical and Geological Commission of the State of S. Paulo (1905-1906)*

Nathália dos Santos Ogawa¹

Resumo

Este artigo destaca a importância dos rios como fonte de pesquisa no campo da História Ambiental. Os rios são anteriores à humanidade e fornecem respostas sobre o clima, ecossistema e interações históricas entre seres humanos e o ambiente ao longo do tempo. Desde os primeiros assentamentos humanos até as cidades modernas, os rios desempenharam papéis sagrados, fonte de vida e fundamentais para a criação das comunidades. Suas características influenciaram habitações, cultivos, costumes e estratégias de sobrevivência. Além disso, os rios testemunharam divisões territoriais, alterações ambientais, rotas comerciais e intercâmbios culturais ao longo da história. No entanto, seu uso sofreu mudanças ao longo do tempo, impulsionado por ambições e interesses econômicos que afetaram as relações sociais e revelam novas dinâmicas de poder e novos discursos sobre suas formas de uso. Sob abordagem qualitativa, será realizada revisão bibliográfica a partir de autores que já se debruçaram sobre os rios como fonte para a História Ambiental. Além disso, será realizada análise dos relatórios da *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo (CGGSP)* dos anos de 1905 e 1906 sobre o Rio Aguapeí, de relevância para a ocupação do interior do Estado. As informações serão levantadas e comparadas para se proceder à análise crítica de forma a responder a evolução do debate historiográfico sobre o tema e de que maneira os rios foram representados pelos relatórios.

Palavras-chave: Rios. História Ambiental. CGGSP. Rio Aguapeí.

Abstract

This article highlights the importance of rivers as a source of research in the field of Environmental History. Rivers predate humanity and provide answers about climate, ecosystem, and historical interactions between humans and the environment over time. From the earliest human settlements to modern cities, rivers have played sacred, life-giving and foundational roles in the creation of communities. Their characteristics influenced habitations, crops, customs, and

¹ Graduanda do 4º ano de História do Unisagrado. Artigo realizado sob a orientação dos professores Drs. Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes, para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea.



survival strategies. In addition, rivers have witnessed territorial divisions, environmental changes, trade routes, and cultural exchanges throughout history. However, its use has undergone changes over time, driven by ambitions and economic interests that have affected social relations and reveal new power dynamics and new discourses about its forms of use. Under a qualitative approach, a literature review will be carried out based on authors who have already focused on rivers as a source for Environmental History. In addition, an analysis *of the reports of the Geographical and Geological Commission of the State of S. Paulo (CGGSP)* of the years 1905 and 1906 on the Aguapeí River, of relevance to the occupation of the interior of the State, will be carried out. The information will be collected and compared in order to proceed with a critical analysis in order to respond to the evolution of the historiographical debate on the subject and how the rivers were represented by the reports.

Keywords: Rivers. Environmental History. CGGSP. Aguapeí River.

Introdução

Para o historiador, pensar a importância dos rios como algo essencial à humanidade transcende a análise relativa ao curso das águas e sua qualidade. Os rios, mais do que tudo, são anteriores a humanidade, e trazem uma série de respostas sobre o clima, o ecossistema, e mais adiante, sobre a chegada dos primeiros seres humanos e de que forma ambos interagiram ao longo do tempo.

Dos primeiros aglomerados humanos até o desenvolvimento das cidades, os rios estiveram presentes ora como sagrados, ora como fonte de vida e indispensáveis à criação de animais e à formação de comunidades agrárias. Suas características influenciaram os tipos de habitação, de cultivo e rotação de culturas, costumes, estratégias de sobrevivência. Mello Nóbrega (1978), ao investigar a história do Rio Tietê, caracteriza a influência do rio sobretudo às táticas utilizadas pelos Bandeirantes para adentrar o território paulista, observando sua navegabilidade e utilizando seu curso como instrumento para excursões e povoamento estratégico. Ao mesmo tempo, a sinuosidade de diversos rios foi utilizada como forma de despistar os invasores pelos povos indígenas da região centro-oeste paulista, como exemplo a morte por flechadas (PINHEIRO, 1992) de Padre Manuel da Nóbrega em incursão pelo Rio Feio, atribuída aos Kaingang.

Palco de povoamento e batalhas em decorrência de invasões, o rio como fonte de pesquisa foi testemunha das divisões territoriais, da alteração do ambiente pela



interferência humana, das rotas fluviais que desenvolveram e ampliaram o comércio, sendo seu curso ferramenta de intercâmbio comercial, político e cultural.

Ao despontar como recurso para análise em História, o rio responde como fonte de desenvolvimento da humanidade ao mesmo tempo em que foi e é transformado por ela. Na atualidade sendo utilizado como fonte de recursos para as grandes construções hidrelétricas, uso industrial e agrícola, abastecimento de casas, navegação e investigações científicas, o rio já foi visto como paisagem para se admirar e para os momentos de lazer. As mudanças em seu uso decorrem das ambições típicas de cada momento histórico, sendo alvo de constantes disputas de poder e objeto de interesse econômico. Portanto, perscrutar os rios como fonte de pesquisa, requer conhecê-los como sujeitos de um conjunto de relações. Conforme apontado por Neves (2016, p. 17):

Os rios de São Paulo devem ser entendidos como um produto social, resultado da produção do espaço, mas também agente dessa produção. Os rios são entendidos, portanto, não mais como somente um objeto da natureza e da sociedade, mas sim como um elemento gerador de usos e trocas, de sociabilidades e disputas; de construção e destruição de espaços; de conflitos e de satisfação das necessidades do corpo; e, sobretudo, inserido no contexto da urbanização, gerador de *valor*.

Desta forma, ao abordar os rios, é essencial indagar qual o olhar sobre eles. Entre diferentes visões, os rios respondem como paisagens inalteradas a se preservar, como sistemas ou ecossistema a se compreender, recursos para gerir e explorar de forma conservacionista ou predatória, problemas a se resolver. Destes olhares, os da sociedade atual e urbana se destacam nos diversos meios de comunicação, com o rio como problema quando de suas águas poluídas ou seus períodos de seca.

Ao representar fatores de interações, a disponibilidade de rios e qualidade de suas águas afetam diretamente as relações sociais em seu entorno, como levantam Peixoto, Soares, Ribeiro (2022, p. 2):

A disponibilidade, o uso e o controle da água, no Brasil, evidenciam um quadro marcado por sérias injustiças ambientais a grupos desprovidos ou com pouca capacidade política de exercer seus interesses na gestão compartilhada dos recursos hídricos.

Pensar os rios como fatores de influência e desenvolvimento, que impactam a sociedade e as questões ambientais, requer analisá-los como fonte dentro da História



Ambiental. Seu uso traz respostas sobre as formações anteriores à humanidade do ponto de vista geológico, e a partir da humanidade, com as transformações de seu meio e as variações no seu uso que trazem à tona relações de poder e impacto social, cultural, político e econômico.

Em complemento às especificidades dos rios como fonte de pesquisa, é importante destacar que sua análise está inserida na História Ambiental, que busca responder àquilo que envolve as transformações natureza-humanidade-natureza. Para tanto, é objetivo deste artigo levantar e analisar a evolução dos debates historiográficos sobre História Ambiental, bem como examinar as conceituações sobre os rios e suas formas de representação a partir dos relatórios da *Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo de 1905 e 1906*, em especial o Rio Aguapeí, detalhando qual sua representação e importância para a região.

Sob abordagem qualitativa, será realizada revisão bibliográfica a partir das produções de Donald Worster, Victor Leonardi e Regina Horta Duarte, autores que se debruçaram sobre os rios como fonte para História Ambiental. As informações serão levantadas e comparadas de forma a responder a evolução do debate historiográfico sobre o tema, e os resultados, serão aplicados à análise da representação do Rio Aguapeí nos Relatórios da CGGSP.

A problemática parte da ausência de estudos em História Ambiental dedicados ao Rio Aguapeí, o que representa uma lacuna significativa no entendimento das interações entre a sociedade e o ambiente na região ao longo do tempo. A falta de uma abordagem histórica ambiental dificulta a compreensão completa das transformações ocorridas na paisagem ao longo das décadas, incluindo a influência das atividades humanas na qualidade da água, biodiversidade e ecossistemas.

A análise a partir dos relatórios da CGGSP, no entanto, pode responder às abordagens utilizadas a serviço de uma política oficial de Estado para se compreender os anseios do período estudado e de que maneira influenciaram as representações e usos do Rio Aguapeí e seu entorno que trazem consequências até a atualidade.



Estando os rios dentro das bacias hidrográficas², muitos deles nascendo ou correndo em ambientes com pouca alteração humana, sendo fonte de pesquisa, preservação ou exploração e recurso indispensável à sobrevivência humana, seu estudo dentro da História Ambiental deve responder às transformações que impactaram a humanidade, ao mesmo tempo em que também transformou os rios, o que será detalhado nos próximos tópicos.

História Ambiental

O conceito de História Ambiental é relativamente recente, tendo surgido em meados dos anos de 1970 nos Estados Unidos em um período de efervescência cultural. Conforme descreve Worster (1991, p. 199):

A ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientais entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial.

O contexto de seu surgimento, portanto, se deu em meio às discussões sobre os usos industriais do meio ambiente e exploração de recursos naturais em um mundo que avançava em políticas neoliberais e buscava discursos que validassem sua necessidade de manter a exploração da água e da terra em prol do desenvolvimento. Mesmo países fora do eixo Europa-EUA, como os da América do Sul, enfrentavam ditaduras que preparavam as bases para o neoliberalismo a partir de ideais desenvolvimentistas, abrindo estradas, construindo pontes e hidrelétricas em meio a matas e territórios indígenas, alterando e canalizando cursos de rios. Um forte exemplo é da Ditadura Civil-Militar brasileira e os diversos projetos hidroelétricos que não dispunham de estudos de impacto ambiental, além de aprofundar o genocídio indígena, conforma aponta Nascimento Silva (2018, p. 426):

² Segundo Barrella (2011) *apud* Teodoro *et al.* (2007, p. 138), bacias hidrográficas são definidas “como um conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formada nas regiões mais altas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os riachos e rios, ou infiltram no solo para formação de nascentes e do lençol freático.”.



As ameaças de implantação de obras hidrelétricas sobre os territórios indígenas no país, especificamente no período que antecede a obrigatoriedade dos estudos para avaliação e licenciamento pelos órgãos responsáveis, foram também identificadas pelos levantamentos realizados durante os anos de 1984 e 1985 por equipes do programa Povos Indígenas no Brasil, do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), e do projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais, do Museu Nacional (UFRJ).

Além de usinas, como a de Itaipu, no Paraná, construída entre os anos 70 e 80 e de estradas como a Rodovia Transamazônica, dos anos 70, há diversos outros exemplos de projetos que alargaram, derrubaram matas e causaram imenso impacto ambiental em outros países, como a privatização da água através do Código das Águas durante a Ditadura de Pinochet no Chile, e o plantio de pinus para favorecer as fábricas de celulose, nos anos 70 durante a Ditadura Argentina e que trazem consequências até os dias de hoje com destruição da mata nativa, diminuição das chuvas, falta d'água e degradação do solo e dos rios, impactando o campesinato e os povos indígenas Mapuche.

O aprofundamento de políticas que desconsideravam os danos ambientais foram a maior influência para os primeiros estudos em História Ambiental. Apesar disso, é possível localizar amplos registros, embora muitas vezes na literatura, sobre o meio ambiente ou os recursos naturais como fatores essenciais a acontecimentos históricos ou de grande relevância para a construção da memória e organização social e territorial.

Worster (1991, p. 200) cita Roderick Nash entre pioneiros de uma História a partir do ponto de vista ambiental, que “recomendava que encarássemos toda a paisagem ao nosso redor como um tipo de documento histórico sobre o qual os norte-americanos vêm escrevendo a respeito de si mesmos e dos seus ideais”, mas também historiadores da Escola dos Annales como Marc Bloch e Lucien Febvre. Ainda de acordo com o autor:

Ambos estavam interessados nos fundamentos ambientais da sociedade. Bloch em seus estudos sobre a vida rural na França e Febvre nos seus textos de geografia social. Fernand Braudel, *protégé* de Febvre, também faria do ambiente uma parte preeminente dos seus estudos históricos, especialmente na sua grande obra sobre o Mediterrâneo. Para Braudel, o ambiente eram as formas da terra - montanhas, planícies, mares -, um elemento quase fora do tempo agindo na moldagem da vida humana nos processos de longa duração (*longue durée*). Worster (1991, p. 200).

Outros fortes exemplos, dentre eles, a partir dos anos 70, já sob o nome de História Ambiental a partir da escola dos Annales, em que Ladurie (1974):



A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os fatores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda "disposição" dos colonizadores simplórios; a destruição da Natureza, causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial; as mazelas de origem urbana e industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante. (Apud Worster, 1991, p. 200).

Outros autores, como Duarte (2007), tecem críticas ao uso da História Ambiental como algo que teve um início a partir da influência dos Annales, e indica que a história a partir da relação natureza-sociedade já era comum, tendo somente o termo "História Ambiental" surgido mais recentemente:

Os primeiros a cunharem o termo "história ambiental" foram historiadores norte-americanos, reunidos em 1977, em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental (American Society for Environmental History) e da revista *Environmental History*, especializada no tema, além dos congressos anuais organizados. Em 1999, surgiu, na Europa, a *European Society for Environmental History*, que também passou a publicar uma revista exclusivamente dedicada ao tema, a *Environmental and History*, além da realização de congressos a cada dois anos. Em 2004, em um encontro em Cuba, historiadores latino-americanos decidiram pela fundação da SOLCHA (Sociedad Latino-americana e Caribenha de História Ambiental), que deverá também organizar congressos regulares e futuras publicações especializadas. Duarte (2007, p. 21-22).

Apesar de um "surgimento" somente nos anos 70, Drummond (1991) elabora uma análise desde os primeiros estudos de Ciências Naturais do século XIX e sua base focada nas formações geológicas, plantas e animais, até o surgimento das Ciências Sociais e a busca por analisar as sociedades, porém, ignorando a influência ser humano-natureza, fato que só passou a ser estudado após a II Guerra Mundial.

No Brasil, outros autores utilizaram a natureza como pano de fundo de seus escritos para escrever a história do país, em específico o contexto de colonizações, migrações, povoamento, como levanta Arruda (2006) sobre Capistrano de Abreu, Mello Nóbrega e Sergio Buarque de Hollanda. Todos utilizaram em suas obras as relações do ser humano com os rios, as fronteiras e o território como possibilidade e questões a se discutir quanto ao expansionismo em direção ao interior do país. Mello Nóbrega (1978), como já referenciado sobre o uso do Rio Tietê para expansão ao interior de São Paulo,



elabora seus escritos sobre o rio construindo uma narrativa sobre as modificações humanas a partir da paisagem, como a coleta, o cultivo, o pasto e os rebanhos, as disputas territoriais e os deslocamentos migratórios. Embora bastante romântica, sua história do Rio Tietê apresenta a relação entre seres humanos e natureza e de que forma um foi influenciado pelo outro.

Citado por Arruda (2006), Capistrano também escreveu sobre as relações ser humano-natureza, muito antes da existência da História Ambiental. Envoltos nos estudos de história, geografia e literatura, preocupou-se em apresentar os estudos sobre o território brasileiro, a cultura, o progresso e a formação nacional a partir de uma visão social. Okubaro (1976, p. 246), ao comentar as obras de Capistrano de Abreu, relata:

Uma das principais preocupações de Capistrano de Abreu é a interligação entre a literatura e a sociedade, muito em moda na sociologia evolucionista da época. Para ele, “a literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza.”

Outros de seus ensaios trazem à tona a influência do clima e do solo sobre a formação da sociedade, sendo a questão nacional bastante presente através de levantamentos sobre o território brasileiro.

Obras mais recentes se dedicam a investigar os usos e possibilidades da História Ambiental no Brasil, tendo iniciado principalmente no fim dos anos de 1990, com as discussões sobre os parques nacionais, reservas, uso, exploração e preservação da Mata Atlântica. No entanto, os trabalhos mais relevantes têm surgido entre o final do século XX e início do século XXI, com o impacto das alterações climáticas, crise hídrica e o maior interesse de nações diversas em assuntos como sustentabilidade.

Os rios como fonte

A História Ambiental oferece abundantes possibilidades de estudo, como as discussões sobre as concepções de natureza ao longo do tempo, mudanças climáticas, desmatamento, poluição, uso e exploração de recursos naturais, como rios, florestas, petróleo e minérios, além de políticas ambientais, desastres ambientais, interação entre



diversidade cultural e meio ambiente. Todas estas possibilidades, de alguma forma, dialogam com a sua relação com a humanidade, o espaço e os recursos naturais.

O presente artigo tem foco no uso dos rios como fonte de pesquisa, e para tanto, são necessários alguns critérios para uma boa base metodológica que compreenda o uso interdisciplinar da investigação, uma vez que os rios não são desprezados de sua formação geológica, de suas características dentro da biologia e mesmo das interações com a humanidade na filosofia, sociologia, história, a qual possui uma representação criada pelo ser humano.

Arruda (2006) elabora um consistente debate historiográfico sobre autores que relacionam os rios e os seres humanos. Em seu artigo, apresenta as diversas formas de relação e interpretação do rio, e para o não reducionismo ambientalista, ao citar Leonardi:

[...] el investigador puede incurrir en una nueva forma de reduccionismo. No más un reduccionismo economicista [...] pero, esta vez, una especie de reduccionismo ambientalista en el cual las variables ambientales tendrían un poder explicativo determinante, sobreponiéndose —¿en última instancia?— a las demás. (Leonardi *Apud* Arruda (2006, p. 22).

Outros pontos são levantados de forma a também evitar simplificações, e reconhecer a interferência humana na natureza como algo comum em todas as sociedades, desde povos indígenas a não indígenas. As variantes dizem respeito à forma como cada sociedade depende e interpreta suas relações com o meio ambiente e os rios, não sendo necessariamente uma sociedade apenas exploradora e outra apenas em relação pacífica. Outros elementos dispostos ao historiador que podem evitar uma história ambiental reducionista, segundo Arruda (2006, p. 22), se integram na interdisciplinaridade, no diálogo entre as metodologias científicas e os diferentes campos do saber.

Há diversos fatores a se considerar no estudo dos rios de forma a evitar simplismos que vão desde desconstruir a noção de natureza como algo puro até a noção de que rios são limites territoriais. Ao se estudar um rio entre fronteiras, se transpassa um Estado Nacional, seu limite vai além do que se diz ser território de um ou de outro. No entanto, em se tratando de limites, é necessário atentar-se para as interferências humanas culturais, econômicas e políticas que transformam as áreas dos rios. O Rio Tietê não possui a mesma qualidade e tipo de interferência humana de sua nascente à foz, e apesar de todo seu curso que se desloca pelo Estado de São Paulo, tem variações à medida em



que avança para áreas mais ou menos urbanizadas ou dependentes de suas águas. De mesma forma,

O estudo dos rios para a História Ambiental contribui, portanto, à compreensão de sua relação com a humanidade e não deve ser investigado isoladamente de outras ciências e nem das relações sociais, culturais, econômicas e políticas a partir da humanidade. Todos estes fatores se entrelaçam na constituição da história dos rios.

O Rio Aguapeí

De forma a analisar a materialidade da História Ambiental e os rios como fonte, procede-se à análise do Rio Aguapeí, importante rota para o crescimento do interior do Estado de São Paulo em meados de 1900, o que permitiu o desbravamento do interior do Centro Oeste Paulista, mapeamento do território e de outros rios e a expansão das ferrovias e fazendas de café, contribuindo para a urbanização da região e seu desenvolvimento comercial e econômico.

Nascendo no município de Gália (SP) e conhecido popularmente como Rio Feio, o Rio Aguapeí é considerado um dos maiores rios em extensão territorial do Estado, e percorre mais de 300 km desaguardo no Rio Paraná (GeoAmbiental Jr, 2019).

Os levantamentos sobre o Rio Aguapeí por parte da *Comissão Geográfica e Geológica*, tiveram início em meados de 1905, partindo-se de Bauru em direção ao Rio Tietê, de onde então se abriam “picadões” na mata em direção as fazendas que margeavam o Aguapeí. Os relatórios apontam os Rios Feio e Aguapeí como distintos, no entanto, posteriormente, descobriu-se tratar do mesmo rio.

O relatório aponta o início dos trabalhos na estaca 430 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em direção à Fazenda da Faca. Apesar do início do mapeamento oficial de 1905, a região já possuía fazendas nas margens do Aguapeí erguidas por posseiros e bugreiros (Município de Presidente Alves, 2023).

Entre os registros, são comuns as referências aos brejos de centenas de metros nas proximidades que impactavam a já difícil locomoção, os diversos ribeirões e córregos ao redor, além dos ataques dos povos originários Kaingang que chegavam furtivamente. Mesmo a embarcação construída para mapeamento do Aguapeí navegou lentamente devido a sinuosidade do rio.



Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo (1905 e 1906)

Criada em 27 de março de 1886, a *Comissão* prestava serviços à Província de São Paulo (posteriormente Estado de São Paulo) para mapeamento, “pesquisas e levantamentos detalhados sobre o solo, clima, geomorfologia, geologia e hidrografia do Estado de São Paulo.” (Memórias do Instituto Geológico, 2023).

Seus relatórios, elaborados a partir de diversas expedições pelo Estado de São Paulo, em especial a região centro-oeste, contribuíram para o conhecimento científico e levantamento das terras, rios e ecossistema que facilitaram a urbanização e a expansão da cafeicultura pelo interior do Estado, o que conferiu a diversas regiões a fundação de cidades, a chegada de imigrantes para o trabalho e intenso desenvolvimento comercial e cultural.

O relatório de 1906, em seu título “Exploração do extremo sertão”, apresenta uma breve justificativa para a exploração do centro-oeste do Estado, chamado a época de “sertão”:

O Governo do Estado, observando este contraste e querendo abrir! novas fontes de produção e de expansão ao desenvolvimento do Estado e bem assim levar a civilização àquella grande zona, confiou á Commissao Geographica e Geologica a ardua tarefa de exploral-a, sendo este o primeiro passo do emprehendimento ousado que tinha em vista. (Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1906, p. 7)

O objetivo do Estado de São Paulo para o período, visava expandir a monocultura cafeeira que já se alastrava desde o litoral. No entanto, a região centro-oeste paulista, além pouco conhecida, não aparecia em mapeamentos e apresentando riscos, de acordo com os relatórios, com a presença dos povos indígenas que ali habitavam. Para conhecimento do território e análise das águas e terras, o empreendimento da Comissão foi assinado pelo então Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, em decreto 1278 de 23 de março de 1905, com objetivo de constituir novos grupos de expedições para o “extremo sertão” (Fittipaldi, 2006, p. 8), entre os cursos dos principais rios da região: Rio Feio, Peixe, Tietê e Paraná. A Comissão passa, então, a ser dirigida pelo engenheiro João Pedro Cardoso, alcançando até 1930, cerca de 80 trabalhos (Figueirôa, 1985, *apud* Lucio, 2014, p. 25).



Variando entre 15 e 69 páginas de 1892 a 1927, os documentos da Comissão são divididos em seções para cada engenheiro chefe, em que cada um apresenta relatórios das expedições com descrições detalhadas dos terrenos, rios, córregos, matas, clima, sítios e habitações localizados e das adversidades enfrentadas. A riqueza de detalhes, como a extensão, volume, o nivelamento e largura dos rios e altitudes dos diversos pontos percorridos e demarcados, é complementada com seções destinadas às fotografias e mapas produzidos pelas equipes acerca da vegetação, solo, águas, habitações e acampamentos dos fazendeiros e povos indígenas Kaingang (chamados coroados) e Guarani.

Embora o documento possua diversos relatórios, os escritos de cada chefe de expedições mesclam-se em informações técnicas e relatos de viagem, em que os terrenos, águas e vegetações são detalhados assim como também o são as percepções e opiniões pessoais de cada autor, como exemplo o trecho de relatório do Senhor Gentil de Moura (1905, p. 11) sobre o Rio Feio e um de seu vales “Essa distribuição da drenagem dá aquellos logares o aspecto monótono e triste que se observa desde Baurú [...]”, e o trecho do relatório do Senhor Julio Bierrenbach (1905, p. 20) “Felizmente a nossa gente não se intimidou com este original systema de defesa, atravessando com coragem as diversas linhas de fogo [...]”.

Os relatórios apresentam ainda, durante os relatos de todos os chefes de expedição, detalhes sobre os acampamentos indígenas Kaingang e Guarani, com descrição das casas e materiais utilizados, ferramentas, alimentação, tipos de cultivo, armas, utensílios. Outras informações, como os conflitos com os povos indígenas, estão presentes durante todos os relatos, com destaque para o documento de Gentil de Moura (1905, p. 15), que narra as incursões realizadas pelos sertanejos às aldeias indígenas com objetivo de atacá-los, roubar suas armas e destruir seus aldeamentos. Moura argumenta que o único empecilho para o povoamento da região consistia na existência do Coroado (povo Kaingang), que:

Cioso da sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua família, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêm com outro fito senão de matal-os e tomar-lhes as terras. (Moura, 1905, p. 9-10)



O primeiro grande registro cartográfico da Província de São Paulo durante o Império do Brasil foi elaborado em um período de intenso desenvolvimento. Editado em 1841 por Daniel Pedro Müller e com as primeiras cem cópias impressas em Paris, o “*Mappa chorographico da provincia de São Paulo*” (Figura 1) atendia aos interesses da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em um momento em que necessitava expandir e povoar o território.

Elaborado com detalhes sobre o litoral, o mapa apresenta um grande trecho a oeste em branco denominado “sertão”, correspondente à quase todo o interior de São Paulo entre a região do centro e oeste do Estado.

As primeiras incursões ao interior do Estado, entre os trechos de Botucatu, já ocorriam antes de 1808, com jesuítas da Companhia de Jesus, e poucas décadas depois, com o estabelecimento de fazendas de José Gomes Pinheiro (Domingues e Fernandes, 2022, p. 23-24). Outras incursões também ocorriam no mesmo período mais a oeste de maneira a mapear o Rio Tietê e Rio Paraná, mas que se consolidaram somente a partir da criação da CGGSP.

Figura 1 - *Mappa chorographico da provincia de São Paulo*





Fonte: Daniel Pedro Müller, 1837, Revista Fapesp

As incursões ao interior da província exigiam levantamentos territoriais e demográficos para a administração das regiões e planejamento do território. Desta forma, com a criação em 1886 da CGGSP, esse mapeamento das terras, matas e rios passa a acontecer com o acompanhamento de embarcações e “dezenas de membros, entre chefes, ajudantes, topógrafos, geólogos, botânicos, fotógrafos, médicos e carregadores” (Instituto Geológico, 2006, p. 47). Sob a direção do estadunidense Orville Derby, sua criação ocorreu não somente da necessidade de administração da província, mas também pressionada pelo fato da valorização das propriedades rurais com as terras devolutas e as concessões para construção de ferrovias, serviços públicos e infraestrutura para o desenvolvimento de cidades (Carlos e Santos, 2017, p. 2), atendendo a demandas do Poder Público, dos cafeicultores e das empresas ferroviárias.

Os primeiros registros sobre o Rio Aguapeí nos relatórios da *Comissão* datam de 1905, em que há o relato do engenheiro João Pedro Cardoso sobre a expedição direcionada ao Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho.

Segundo Cardoso, a expedição partiu da capital em 10 de maio de 1905, iniciando seus trabalhos em 17 de junho a partir da estaca 430 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em direção à Fazenda da Faca. Os trabalhos dividiram em dois, sendo pouco depois reorganizados em outras regiões devido à dificuldade com os brejos do local. Entre outros registros, Cardoso cita o ataque dos *corôados*, povos indígenas da região, o que obrigou novamente a mudança do local de exploração, tendo êxito, enfim pela margem direita do Rio Feio e a sua navegabilidade.

As expedições dividiam-se constantemente e parte delas realizavam aberturas nas matas para mapeamento do território, enquanto outras exploravam os rios. Comumente, partiam do Rio Tietê ou Rio Paraná para alcançar o interior do centro e oeste paulista.

O relatório, com uma extensão de 45 páginas, destaca as dificuldades com a exploração do território, dividido em diversos brejos, inclusive um com cerca de 80 metros de largura, com as constantes construções para as travessias, que demandavam tempo e esforços, e com o ataque dos povos indígenas, com o relato do engenheiro Olavo Hummel, atingido por uma flecha na virilha e que reagiu junto aos demais funcionários da expedição com tiros de carabina. As demais páginas do relatório contêm informações



detalhadas com mapas, fotografias das fazendas e famílias dos povoados, trechos explorados da região do Rio Feio até meados de Bauru, além de fotografias de trechos dos rios, matas derrubadas para abertura de acampamentos, povos indígenas Guarani, flechas e objetos dos *Corôados*, descrição de um herbário e plantas da região, observações meteorológicas detalhadas de cada acampamento com medição do ar em horários variados.

Considerações Finais

O enfoque dado aos rios pela História Ambiental busca responder, a partir das motivações do presente, questões que tiveram início séculos antes. Para tanto, necessita debruçar-se sobre critérios metodológicos e ampla análise historiográfica de forma a não incorrer nos reducionismos anteriormente citados.

Os relatórios analisados da CGGSP dos anos de 1905 e 1906 permitem observar um período de novas expedições à região centro-oeste paulista conhecidas como sertão, sob nova direção e novo enfoque. Os documentos, apesar de conter textos técnicos e informações sobre a topografia e hidrografia com bastante detalhes, apresentam relatos dos chefes das expedições sobre os percursos entre rios, matas e paisagens com detalhes pessoais de suas percepções. Não apenas informações técnicas são evidenciadas, mas o componente humano, em sua sensibilidade, estreita a relação que passou a ser construída na narrativa da história regional. As vivências e olhares dos engenheiros da Comissão durante as expedições aproximam da História Ambiental as relações que se constituíram entre ser humano e natureza em seus diversos interesses.

As paisagens, em especial os rios, bastante explorados em seus limites pelas expedições, vão ao encontro de uma História ambiental que demonstra as relações entre ser humano e ambiente permeadas por interesse variados, como político, científico, econômico. As explorações dos rios Aguapeí e Feio, bem como de toda a região e o conflito com os povos originários, são parte de uma história que constitui hoje o Estado de São Paulo e o interior do centro-oeste paulista.

O rio, como parte das expedições, liga os interesses da CGGSP em observar as possibilidades de rotas comerciais, ao mesmo tempo em que foi utilizado sob o discurso



de progresso para exploração da região sob interesse do Estado para o empreendimento cafeeiro.

Os conflitos e massacres contra os povos originários, a exploração da terra, das matas e dos rios por parte dos expedicionários e sertanistas constituem uma escolha de uma parcela dominante do período apoiada pela política oficial do Estado.

Referências

ARRUDA, Gilmar. Historia de ríos: ¿Historia ambiental? **Signos históricos**, México , v. 8, n. 16, p. 16-44, dic. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-44202006000200016. Acesso em: 12 maio 2023.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (extremo sertão do Estado)**. Publicado no período presidencial do Dr. Jorge Tibiriçá sendo Secretário da Agricultura o Dr. Carlos J. Botelho. São Paulo: Typ. BRAZIL de Carlos Gerke & Rothschild, 1905. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutogeologico/publicacoes/relatorio-da-comissao-geografica-e-geologica/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLÓGICA DE SÃO PAULO. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Botelho** – M. D. Secretário da Agricultura – por João Pedro Cardoso, Chefe da Comissão. São Paulo: Typ. De Vanorden & Cia, 1906. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutogeologico/publicacoes/relatorio-da-comissao-geografica-e-geologica/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. 2ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Edson; Domingues, Luís Paulo. **Fronteira Infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bahurú do Século XIX**. 2ª Edição, Bauru: Universo Elegante Produção Cultural, 2022.

FIORAVANTI, C.; ANDRADE, R. O. As primeiras formas da província. **Pesquisa Fapesp**, Edição 235, p. 90-91, set. 2015. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/folheie-a-edicao-235/>. Acesso em: 12 set. 2023.

FITTIPALDI, F.C., GUTJAHR, M.R. 2006. **Os 120 anos de criação da Comissão Geographica e Geologica 1886-2006**. Instituto Geológico de São Paulo, Secr. Est. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp->



content/uploads/sites/233/2017/03/IG_120_anos_Criacao_CGG_1886-2006.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília, Brasil, Paralelo 15/ Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 16.

GEOAMBIENTAL JR. **DIAGNÓSTICO Ambiental do Rio Aguapeí. Projeto de Adequação Ambiental em Salto Botelho, Lucélia**. GeoAmbiental Jr. – Empresa Júnior dos cursos de Engenharia Ambiental e Geografia – FCT/UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.lucelia.sp.gov.br/public/admin/globalarq/audiencia-publica/documento-auxiliar/4176b4722bcc8611adf2197d667163fb.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GOVERNO do Estado de São Paulo. Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. **Memórias do Instituto Geológico**. 2023. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutogeologico/2017/03/131-anos-da-comissao-geografica-e-geologica-cgg/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GOVERNO Municipal Presidente Alves. **Pré-História de Presidente Alves**. Município de Presidente Alves, São Paulo. Disponível em:

<https://www.presidentealves.sp.gov.br/prehistoria>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LUCIO, S. T. M. P. **João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931**. 2014. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19122014-134113/publico/DO_SILVANA_PETTINATO_LUCIO.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO SILVA, Elis do. Projetos hidrelétricos em territórios indígenas no sul do Brasil no contexto da ditadura civil-militar: uma análise a partir do acervo de Silvio Coelho dos Santos. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 421-457, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/83417>. Acesso em: 02 abr. 2023.

NÓBREGA, M. **História do Rio Tietê**. 2ª Edição, São Paulo: Governo do Estado, 1978.

OKUBARO, Nancy. A obra de Capistrano Abreu: ensaios e estudos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, ano I. vol. 1, 1976. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1496>. Acesso em: 08 abr. 2023.

PEIXOTO, F. S.; SOARES, J. A.; RIBEIRO, V. S. Conflitos pela água no Brasil. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.14393/SN-v34-2022-59410. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/59410>. Acesso em: 31 mar. 2023.



PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os nômades: etnohistória Kaingang e seu contexto:** São Paulo 1850-1912. 1992. 311 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/145521>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTOS, Ademir Pereira dos; CARLOS, Rosa Matilde Pimpão. Theodoro Sampaio e a primeira base geodésica do Brasil. **Terra Brasilis** (Online). N. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2230#quotation>. Acesso em: 10 set. 2023.

TEODORO, V. L. I.; TEIXEIRA, D.; COSTA, D. J. L.; FULLER, B. B. O Conceito de Bacia Hidrográfica e a Importância da Caracterização Morfométrica para o Entendimento da Dinâmica Ambiental Local. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 137-156, 2007. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/236>. Acesso em: 02 nov. 2023.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991, p. 198-215. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5502176/mod_resource/content/1/Para%20fazer%20hist%C3%B3ria%20ambiental.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.